

### **Relato da 136ª Reunião do Plenário<sup>1</sup>**

No dia 17 de setembro de 2018, realizou-se no Conselho Nacional de Educação (CNE) a centésima trigésima sexta sessão plenária, tendo sido adotada a seguinte ordem de trabalhos:

- Informações;
- Aprovação do Relato da 135ª Sessão Plenária;
- Voto de pesar Prof. Doutor Eurico Lemos Pires;
- Voto de pesar Prof. Doutor Rui de Alarcão;
- Eleição do Coordenador da 4.ª Comissão Especializada Permanente;
- Apresentação do Inspetor-Geral da Educação e Ciência, Dr. Luís Capela ao Conselho do Relatório da IGEC “Avaliação Externa das Escolas” 2014/2015 a 2016-2017;
- Apresentação do Presidente da Comissão Diretiva do POCH- Programa Operacional Capital Humano, Dr. Joaquim Bernardo sobre as principais linhas de orientação e os pilares que estruturam a reprogramação do POCH;
- Intervenção da Senhora Secretária de Estado Adjunta e da Educação, Prof.ª Doutora Alexandra Leitão sobre as políticas de descentralização, designadamente as medidas previstas no projeto de decreto-lei sectorial da educação.

Antes do início dos trabalhos tomaram posse os conselheiros: José Manuel da Luz Cordeiro, designado pelas organizações sindicais e José Luís Diogo de Azevedo Presa, designado pelas associações das escolas profissionais.

A Presidente saudou os presentes e lembrou a ordem de trabalhos da reunião.

**Informações** – a Presidente informou que foi apresentado, no CNE, um livro da coleção Ética Aplicada, coordenada pela Profª Maria do Céu Patrão Neves, dedicado à Educação. Este volume teve como coordenador convidado o Professor David Justino e reúne

---

<sup>1</sup> A gravação integral da reunião encontra-se no arquivo do CNE.

artigos de vários ex-conselheiros e da assessora do CNE Maria Isabel Pires Rodrigues. Comunicou igualmente a realização dos seguintes seminários: no dia 20 de setembro, um seminário sobre *Educação de adultos: ninguém pode ficar para trás*; no dia 6 de dezembro sobre: *Que competências para a revolução digital?*, em parceria com o GILM, Grupo Informal para a Literacia Mediática; nos dias 29 e 30 de janeiro de 2019, a Conferência sobre a *Educação e os desafios do futuro*, que conta com a colaboração da Presidência da República e da Fundação Calouste Gulbenkian e o Alto Patrocínio de Sua Excelência o Presidente da República. Manifestou ainda a intenção de promover uma iniciativa a propósito dos 70 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que se comemoram em 10 de dezembro. Deu conta do decurso dos trabalhos do relatório Estado da Educação 2017, que deverá ficar concluído em finais de outubro.

**Aprovação do relato da 135.ª Sessão Plenária** – a Presidente colocou à apreciação e votação a proposta de relato da reunião plenária anterior que foi aprovada, mantendo o prazo de uma semana para comunicação de eventuais alterações.

**Votos de pesar** – A Presidente lembrou o falecimento recente de duas personalidades incontornáveis da Educação em Portugal e apresentou ao Plenário dois votos de pesar pela morte de Eurico Lemos Pires e Rui de Alarcão e Silva, que foi igualmente membro do Conselho Nacional de Educação entre 2000 e 2009. Os votos de pesar foram aprovados por unanimidade.

**Eleição do Coordenador da 4.ª Comissão Especializada Permanente** – A Presidente propôs o conselheiro Sérgio Niza para coordenador da 4ª Comissão Especializada Permanente, tendo feito uma síntese do seu currículo na área da educação. Decorrida a votação, o Conselheiro foi eleito pela maioria dos membros presentes.

Seguiu-se a apresentação do Relatório da IGEC “Avaliação Externa das Escolas” 2014/2015 a 2016-2017. Terminado o 2º ciclo da avaliação externa das escolas, o Inspetor-Geral da Educação e Ciência, Luís Capela, veio apresentar aos conselheiros o relatório final deste ciclo avaliativo. Lembrou o início do processo e a preparação e desenvolvimento do 2º ciclo, os objetivos e o quadro de referência em termos de domínios e campos de análise, a escala de classificação, o número de escolas avaliadas e os resultados. Realçou os pontos fortes e as áreas de melhoria mais frequentes e os resultados dos questionários aplicados a alunos, pais e docentes. Informou ainda que

visando a continuidade deste Programa foi criado um grupo de trabalho, com a missão de apresentar um modelo para o terceiro ciclo de avaliação externa.

No debate superveniente intervieram os conselheiros Bártolo Paiva Campos, Fernando Almeida, José Manuel Cordeiro, Mário Nogueira e a conselheira Isabel Menezes. Foi manifestada alguma estranheza relativamente à relação entre os domínios: resultados, prestação de serviço educativo e liderança e gestão, que aparecem mencionados nos pontos fortes dos relatórios das escolas com percentagens de referências significativamente diferentes, nomeadamente os resultados com apenas 1,1%, para percentagens a rondar os 40% nas restantes. Foi ainda chamada a atenção para a necessidade de refletir sobre alguns dos indicadores utilizados e para a importância de o “valor esperado” assentar em valores mais recentes, dado que tem sido determinado a partir de resultados. Levantou-se a dúvida sobre se não haveria alguma conflitualidade, em questões de competências de avaliação das escolas, com as atribuições dos Conselhos Municipais de Educação. De igual modo, foi referido que os relatórios parecem apontar para a ideia de que a qualidade da educação depende exclusivamente das melhorias a implementar nas escolas e pelos atores que nelas se inserem, esquecendo as autarquias, as diferentes instituições governamentais e da administração, o Parlamento. Foi também questionado se a IGEC teria um número de inspetores suficiente para garantir, em termos de futuro, um trabalho de acompanhamento; sobre como tem sido aplicado o modelo ao ensino particular e cooperativo e se as regiões autónomas têm algum modelo semelhante de avaliação das escolas. Relativamente ao novo ciclo avaliativo, considerou-se expectável que o CNE venha a ser chamado a pronunciar-se sobre a proposta de modelo a apresentar pelo Grupo de Trabalho, nomeado para o efeito, e que o novo modelo salvaguarde a comparabilidade dos diversos ciclos avaliativos.

O Presidente da Comissão Diretiva do POCH - Programa Operacional Capital Humano, Joaquim Bernardo, expôs as principais linhas de orientação e os pilares que estruturaram a reprogramação do POCH.

Por último, a Secretária de Estado Adjunta e da Educação, Alexandra Leitão, veio falar sobre políticas de descentralização, nomeadamente as medidas previstas no projeto de decreto-lei sectorial da educação.

Seguiu-se o debate, referente às duas intervenções, no qual participaram os seguintes conselheiros/as: Antero Resende, Bártolo Paiva Campos, Carlos Percheiro, David Rodrigues, Fernando Almeida, Francisco Santos, Isabel Menezes, Mário Nogueira, Pedro Folgado e Rosalia Vargas. Este centrou-se sobretudo em torno da descentralização/transferência de competências para as autarquias e a preocupação com a garantia de equidade inter-escolas e inter-regiões. E foi referida a ideia de que este processo só terá sucesso se se mantiver os parceiros fortes: governo, autarquias e escolas. Foram abordados temas como as más condições físicas de muitos edifícios escolares, especialmente dos 2º e 3º ciclos do ensino básico e a necessidade de um plano energético sustentável para os edifícios escolares, os problemas com as cantinas e as refeições escolares, a falta e a importância da valorização dos assistentes operacionais. Questionou-se se a descentralização não seria apenas uma transferência de preocupações para as autarquias e uma suborçamentação da educação, acompanhada de uma diminuição da autonomia das escolas.

A Presidente agradeceu a presença e os contributos de todos e deu por encerrados os trabalhos desta reunião plenária.